

DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS: A HISTÓRIA DE LUTA DAS MULHERES GREVISTAS NA DÉCADA DE 1980

MANAUS INDUSTRIAL DISTRICT: THE HISTORY OF WOMEN'S FIGHT IN THE 1980's

VANESSA CRISTINA DA SILVA SAMPAIO* ¹

Resumo: Considerando a presença predominantemente feminina nos postos de trabalho no Distrito Industrial de Manaus nos anos 80, este artigo tem como intenção analisar o contexto da dominação feminina na perspectiva do gênero como categoria analítica, fazendo um breve histórico das mulheres grevistas a partir do século XIX. Posteriormente, sob a ótica da questão do feminismo no Brasil e suas influências, enfatiza-se o processo no qual as mulheres operárias amazonenses passaram de vítimas a participantes atuantes nas greves, salientando suas ações de resistência e de luta contra a precarização e exploração, contribuindo para recontar a história de mulheres que tanto reivindicaram espaços de igualdade e lutaram por dignidade.

Palavras-chave: gênero; resistência; mulheres grevistas.

Abstract: Taken into consideration the fact that the majority of the jobs in the Industrial District of Manaus was occupied by women in the 1980's, this article will analyze the context of female domination through the perspective of gender as an analytical category, making a brief history of the strikes from the nineteenth century onwards. Subsequently, taking into account the perspectives of the feminism in Brazil and its influences, we will emphasize the process through which the female amazonian workers went from victims to participants on the strikes, showcasing their actions of resistance in the fight against precarization and exploitation, contributing on this way to retell the story of women who claim spaces of dignity amid the struggles.

Keywords: gender; resistance; women strikers.

* *Artigo recebido em 21 de setembro de 2019 e aprovado para publicação em 17 de junho de 2020.*

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Email: vanessa-css@hotmail.com.

Introdução

O cenário das lutas femininas no Distrito Industrial de Manaus ocorre numa conjuntura de intensa luta e mobilização do movimento operário brasileiro, principalmente na década de 1980, em que as formas de resistência se faziam emergentes. No caso especificamente do Amazonas, o movimento operário industrial se consolidou paulatinamente e acompanhou um processo de mudanças que o Brasil estava vivenciando. Nesse período, a questão do feminismo, em âmbito nacional, encontrou bases sólidas e trouxe à tona reflexões acerca dos conceitos de gênero, de divisão sexual do trabalho e de ação política.

Para entender essas transformações, é preciso compreender, primeiramente, que a luta do movimento operário era paralela à luta feminista e se aproximavam em relação às questões associadas à demanda de direitos, à participação sociopolítica e ao reconhecimento. Este artigo abordará questões que envolvem as vivências cotidianas das operárias industriais — alinhadas ao processo de organização e de amadurecimento da classe operária amazonense — que colocam em pauta reivindicações quanto a inserção das mulheres na luta política e que se opõem ao disciplinamento, à arbitrariedade e à desvalorização.

1- Gênero: da dominação a uma categoria analítica

Com a Revolução Industrial em expansão, a absorção do trabalho feminino pelas indústrias como mão de obra barata inseriu definitivamente a mulher na dinâmica produtiva do mundo do trabalho urbano. De maneira geral, a historiografia retratava o papel social da mulher limitado ao espaço privado familiar, sendo as mulheres vistas como esposas e mães. Via de regra, para os historiadores, “difícilmente a mulher podia fugir a esses padrões”². Nas palavras de Scott, “as teorias do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na ‘necessidade’ do macho dominar as mulheres”³.

A despeito dessas considerações é preciso salientar que há, ao longo da história, uma dispar fonte de relações desiguais entre homens e mulheres, reproduzidas por culturas e sociedades diferentes. Mais do que uma diferenciação sexual, a mulher, como ser social, insere-se também no campo político, rompendo com relações de dominação masculina e de subordinação.

² TELES, Maria Amélia de Almeida. **A breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 19

³ SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. New York: Columbia University Press, 1989, p.9.

É necessário refletir sobre os processos históricos que sedimentam as diferentes formas de dominação, evidentes ou sutis, ocorridas em diversos espaços e que reforçam os discursos homogêneos. O sociólogo Pierre Bourdieu cita como na “dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas”⁴. Assim, o autor aponta que a perpetuação da dominação masculina extrapola o ambiente doméstico e se fortalece em instituições, como a escola.

Outro ponto abordado por Bourdieu quanto aos aspectos de dominação é o da diferenciação biológica dos corpos, que ele compreende como uma “diferença anatômica entre os órgãos sexuais, podendo ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho”⁵. Para Bourdieu, essa diferenciação entre os sexos é fruto de relações sociais hierarquizadas que determinam a organização simbólica da divisão social do trabalho e que se pautam em aspectos de exploração e de dominação, que estão instituídos nas relações de gênero. Acerca da construção social de gênero, Scott ressalta que o uso mais recente desse instrumento analítico apareceu “entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”⁶.

Neste mesmo viés, a historiadora Louise Tilly, ao traçar a história das mulheres, situa-as no âmbito social, como sujeitos ativos. Nas palavras da autora, “um aspecto da história das mulheres que a distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história a um movimento social”⁷. No decorrer do texto, a autora faz considerações acerca da recolocação do feminismo no contexto histórico, do estatuto marginal das mulheres e dos trabalhos que são desenvolvidos no campo de gênero dentro da história social. Nesse sentido, ela tece críticas ao caráter muitas vezes interpretativo e descritivo da história das mulheres. Para Tilly:

A maior parte dos livros evocados neste artigo considera a experiência das mulheres como um fato histórico a ser descoberto e descrito. Seus autores concebem as mulheres como sujeitos sociais ativos, situados em contextos históricos concretos e cujas as vidas, enquanto membros de famílias, trabalhadoras, membros de organizações ou de movimentos sociais, têm um interesse tanto para os historiadores quanto para os não-especialistas. A contribuição particular da história das mulheres

⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.6

⁵ *Ibidem*, p.19

⁶ SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 31.

⁷ TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e história social. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. **Cadernos Pagu**, v.3, p. 29-62, 1994, p. 31.

foi a de reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado - motor da história social - na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas.⁸

A análise histórica abre campo para novas temáticas ao privilegiar a história de pessoas comuns. No caso específico das mulheres, como bem salienta Perrot, a “história das mulheres também não mudou muito o lugar ou a ‘condição’ dessas mulheres. No entanto, permite compreendê-las melhor. Ela contribui para uma consciência de si mesmas, da qual é certamente ainda apenas um sinal”⁹. A partir dessas questões, este artigo considera que para compreender a história das mulheres, principalmente pelo viés do mundo do trabalho, deve-se romper com as fronteiras da historiografia tradicional e acenar para novas perspectivas e tornar o campo de pesquisa mais dinâmico e heterogêneo.

O uso da categoria de gênero como campo analítico traz discussões sobre os significados representativos da mulher, em seus aspectos históricos, econômicos e culturais. Nessa perspectiva, Tilly entende que “gênero”, como categoria conceitual, “exprime um engajamento político no sentido de promover a igualdade dos gêneros e o acesso das mulheres tanto à autonomia individual quanto ao poder político e econômico”¹⁰. Essas mudanças são importantes e redefinem a utilização do gênero uma categoria analítica, não como sinônimo de distinção de sexos, fato que o reduz a meros elementos causais. Ainda segundo Tilly, “a história social analítica, voltada para a resolução de problemas, sublinha igualmente dois outros aspectos importantes da história das mulheres: completar a descrição e a interpretação com a explicação”¹¹. Neste sentido, é preciso pensar que essas análises, que tratam de diferentes tempos históricos, trazem para a conjuntura social a participação das mulheres que lutam por direitos e buscam formas de reconhecimento.

Portanto, a história das mulheres deve ser pensada e repensada a partir de sua historicidade, superando as abordagens tradicionais e, acima de tudo, criticando a estrutura de “um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível”¹². Ainda que haja um avanço quanto aos estudos que tratam da questão de gênero e que trazem as mulheres para o centro das discussões, esse campo de pesquisa precisa ainda ser ampliado, a

⁸ *Ibidem*, p.34-35.

⁹ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005, p. 26.

¹⁰ TILLY, Louise. *Op. cit.*, p.43.

¹¹ *Ibidem*, p.60.

¹² PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. **Cadernos pagu** v. 4, p. 9-28, 1995, p. 09.

fim de que novos questionamentos surjam, o que possibilita abrir caminho a outras interpretações.

Assim, nas palavras de Perrot, é fundamental “elaborar os primeiros balanços críticos e se questionar sobre o sentido, as dificuldades, os efeitos destas pesquisas. Seria especialmente interessante elaborá-los, nos diversos espaços nacionais, com um espírito comparativo e aberto”¹³.

2- Mulheres grevistas: uma história de luta.

Ao analisarmos as trajetórias de mulheres no século XIX, percebemos que elas foram pouco a pouco conquistando seu espaço no mundo do trabalho e, nesse contexto, como destaca Perrot, iniciaram motins e estavam “presentes na maioria dos distúrbios populares na primeira metade do século XIX”¹⁴. Esses motins foram o modo como essas mulheres encontraram para se expressar, um mecanismo de reivindicação e, ao mesmo tempo, de defesa. Partindo desse pressuposto, essas manifestações mostram as formas de resistência feminina nos espaços cotidianos e de confrontação mais direta. Nesta perspectiva,

Os motins florestais onde as mulheres defendem o direito a madeira, tão importante quanto o pão para os pobres, motins fiscais, distúrbios urbanos de todos os tipos, pequenos choques com a guarda montada ou a polícia nas grandes revoltas que pontilham o século. É verdade que muda a forma de sua participação: de iniciadoras passam a auxiliares.¹⁵

Para Thompson, “motim” é uma “ferramenta de análise pouco afiada para tantas queixas e motivos particulares”¹⁶ e, portanto, , no entendimento do autor, trata-se de um termo vago aplicado para definir as ações populares. Thompson ressalta que os motins frequentemente começavam pelas mulheres, uma vez que elas “eram naturalmente as mais envolvidas com as negociações face a face no mercado, as mais sensíveis ao significado dos preços, as mais experientes em detectar peso insuficiente ou qualidade inferior”¹⁷.

Esse ponto de vista demonstra que as mulheres já se mostravam particularmente envolvidas nas questões políticas e passam a invadir os espaços públicos. Segundo Elisabeth Souza-Lobo, essas relações estabelecem duas questões: “a primeira delas remete as relações

¹³ *Ibidem*, p.09.

¹⁴ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.199.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ THOMPSON. Edward P. **Costumes em comum**: Estudo sobre a cultura popular tradicional. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998, p.176.

¹⁷ *Ibidem*, p.184

entre a emergência das mulheres nos movimentos e a conjuntura das transformações nas sociedades”¹⁸, o que fica evidente as ideias centradas na igualdade de direitos; o segundo ponto “destaca a particularidade dos movimentos como momentos de estruturação de novas reações entre vida pública e vida privada e de novas configurações das relações de gênero nas relações sociais e políticas”¹⁹.

A importância da presença feminina, seu deslocamento e as fronteiras que foram cruzadas mostra uma gradual ruptura com as abordagens tradicionais e a articulação dos movimentos sociais em torno dessas questões. Partindo deste ponto de vista, Hobsbawm frisa que,

[...] politicamente a luta pré-industrial dos pobres não só produziu amplo espaço para as mulheres participarem ao lado dos homens – nenhum dos sexos tinha tais direitos políticos como o direito de voto – mas, em alguns aspectos, lhes reservou um papel específico e de liderança.²⁰

Baseando-se nas relações dos movimentos revolucionários e socialistas do final do século XIX e início do XX, Hobsbawm aborda com centralidade as imagens e os emblemas que envolvem a mulher, a partir de uma perspectiva iconográfica. O referido autor cita o exemplo da pintura *Liberté guidant le peuple*, de Eugène Delacroix, datada de 1830, considerada revolucionária em razão dos contrastes que expõe, sobretudo ao trazer uma jovem seminua em um cenário de sublevação. Assim, Hobsbawm alega que a pintura trata de uma mulher dotada de liberdade, “liberdade não como uma figura alegórica, mas como uma mulher real”²¹.

Neste ínterim, a mulher livre era a representação da emancipação real, a personificação do papel da mulher frente aos movimentos predominantemente liderados por homens. Nestas ações, “as mulheres desempenham um papel político, elas podiam ajudar a construir barricadas, e de fato, o fizeram. Elas podiam ajudar os que lutavam atrás delas. Elas podiam até mesmo lutar ou portar armas”²². Entretanto, ainda que esteja num cenário aparentemente favorável, “a forma específica de luta do proletariado, o sindicato e a greve, excluiu, em grande parte, as mulheres, ou reduziu amplamente seu papel visível como participantes ativas, exceto nas poucas indústrias em que elas se concentravam em peso”²³.

¹⁸ SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p.183.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre História Operária**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 136.

²¹ *Ibidem*, p.124.

²² *Ibidem*, p.136.

²³ *Ibidem*, p.137.

Ainda que tenham suas ações moldadas em certos sentidos, as mulheres não podem ter sua luta por direitos e busca por reconhecimento deslegitimada. Assim, “a defesa dos direitos das mulheres não podia ser proibida. Ainda que não fosse aceita pelos formadores de opinião, a questão da igualdade das mulheres, agora era encarnada em um movimento embrionário”.²⁴

Para Scott, “igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”²⁵. Essa análise repousa na ideia que Bourdieu tem acerca “do enorme trabalho crítico do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper com o círculo do reforço generalizado”²⁶. Contudo, o conceito de igualdade está muito presente na história do movimento feminista e prescinde da ideia de que as “mulheres estavam dispostas a combater a discriminação e a subalternidade”²⁷. O feminismo como movimento rompe os silêncios e projeta as mulheres nas reivindicações e, aliado a isso, “o avanço das lutas operárias congrega homens e mulheres nas organizações sindicais. Com eles, as mulheres participaram de greves e, como eles, foram vítimas da repressão”²⁸.

Citando o exemplo francês, Perrot descreve as greves femininas como sendo limitadas em amplitude e em duração, ocorrendo geralmente nas fábricas têxteis. Porém, a participação das mulheres nas greves cresceu consideravelmente no decorrer dos anos, sendo que as reivindicações das trabalhadoras se concentravam nas questões salariais e na diminuição da jornada de trabalho. Neste ínterim, “as greves femininas se chocam com a incompreensão de uma sociedade para qual a feminilidade já é dificilmente compatível com a situação operária, e é ainda menos com situação de grevista”²⁹.

Nas palavras da referida autora, “a operária sofre uma dupla opressão: como mulher e como operária”³⁰. Frequentemente, a fragilidade atribuída às mulheres era usada para caracterizá-las como incapazes de se articularem enquanto trabalhadoras, convicção que era observada até mesmo dentro do próprio movimento operário. Dessa forma, “a ausência de uma

²⁴ DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.70.

²⁵ SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan/abr., 2005, p. 15.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 102.

²⁷ TELES, Maria Amélia de Almeida. *Op. cit.*, p.12.

²⁸ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultura Brasileira, 1985, p. 41.

²⁹ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005, p. 160.

³⁰ *Ibidem*, p.156.

organização sindical, juntamente com uma recusa particularmente acentuada em discutir com as mulheres, facilmente substituível e dispensadas, torna a negociação difícil e favorece os incidentes”³¹. Portanto, a história das mulheres se constrói em bases sólidas de resistências, derrotas e conquistas.

3- A questão do feminismo no Brasil

A história de luta das mulheres no Brasil não foge à regra universal de aviltamento, que, na lógica da emergência da questão feminista, está intimamente relacionada à busca das mulheres por emancipação enquanto cidadãs, à busca por igualdade por meio da educação e à luta pela participação política e pela garantia de direitos civis básicos.

Associado a isso, no século XIX, uma das principais reivindicações do operariado correspondia a melhores condições de trabalho, salário e redução da jornada. Neste sentido, o sufrágio universal foi uma das grandes conquistas da classe trabalhadora, apesar das restrições que o acompanhavam, como a exclusão das mulheres. A partir desse momento, nasce uma luta específica da classe feminina para que houvesse a inclusão das mulheres no processo democrático. Essa luta “abrangeu mulheres de todas as classes. Foi um processo longo, que demandou enorme capacidade de organização e paciência. Prolongou-se, nos Estados Unidos e na Inglaterra por 7 décadas. No Brasil, por 40 anos, a contar da Constituinte de 1981”³².

No Brasil, o voto feminino se tornou realidade em 1932, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, após uma intensa campanha nacional de mobilização, fruto de um extenso caminho de discussões e reivindicações que se iniciou antes da Proclamação da República. Ainda que o voto feminino tenha sido instituído com limitações, “os anos 1930 e 1940 representam um período em que, formalmente, as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas: podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares e participar do mercado de trabalho”³³.

Seguindo os aspectos sociais e políticos “tanto o capitalismo quanto o socialismo absorveram, de alguma forma, estas conquistas, que implicam no reconhecimento da cidadania. Nessas décadas ocorre um refluxo na organização das mulheres”³⁴. A partir dos anos 50, nota-

³¹ *Idem.*

³² ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *Op. cit.*, p. 44.

³³ *Ibidem*, p.49

³⁴ *Idem.*

se um crescente surgimento de associações, que foram criadas tendo como centralidade “a Federação das Mulheres, fundado em 1949”³⁵.

Essas associações foram importantes porque abriram caminho para que diversas questões fossem debatidas, como problemas relacionados à “luta nos bairros, para resolver problemas locais, a elevação do custo de vida e direito da mulher”³⁶. Ainda que se considere a sua relevância no campo político, “essas lutas, embora representassem uma movimentação ativa, inseriram as mulheres fundamentalmente como colaboradoras das grandes causas nacionais”³⁷. No decurso da década de 1960, vemos essas associações serem fechadas, principalmente, pela instalação do golpe militar de 1964.

A repressão atingiu todos os seguimentos da sociedade, a vida política passou a ser regida por dispositivos autoritários que cerceavam a liberdade, censuravam os meios de comunicação e concentravam os poderes nas mãos do governo militar. Neste contexto, “as vésperas do golpe de 64, as mulheres em todo país encontravam-se desorganizadas, o que iria facilitar em muito o trabalho das “marchadeiras” antes e depois do golpe”³⁸. Nas palavras de Maria Teles, “aquelas que se dedicaram a luta pela libertação do povo mostraram mais uma vez que a mulher brasileira não deixou por menos: foi rebelde a tirania e enfrentou o inimigo cara a cara”³⁹. Neste sentido, a autora traz como destaque o nome de 40 mulheres que enfrentaram o governo militar e, em detrimento disso, foram mortas ou estão desaparecidas. Dentre essas mulheres, estavam operárias metalúrgicas, professoras, estudantes, trabalhadoras rurais e funcionárias públicas, ou seja, mulheres de diversas classes sociais.

Na década de 1970, o desenvolvimento industrial foi determinante para que um vasto número de periferias surgisse nos grandes centros urbanos, o que acarretou problemas imediatos, como a falta de habitação e de infraestrutura e a carestia de vida. “Nesse contexto, as mulheres são as primeiras a tomar posição, criando movimentos femininos por melhores condições”⁴⁰. A partir disto, houve uma articulação entre mulheres que resultou, em 1975, no Ato Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que, dentre outras questões, levantava a bandeira contra a violência sexual e a criminalização do aborto, além de manifestar reivindicações concernente ao trabalho e à cidadania.

³⁵ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *Op. cit.*, p.217.

³⁶ *Idem.*

³⁷ *Idem.*

³⁸ TELES, Maria Amélia de Almeida. *Op. cit.*, p. 63.

³⁹ *Ibidem*, p. 65.

⁴⁰ *Ibidem*, p.160.

Diante disso, Souza-Lobo afirma que nos anos 1980 “assistimos a uma cidadania emergente de mulheres que se constrói a partir de três correntes distintas: ‘as práticas das mulheres nos movimentos, os discursos sobre a dignidade nos movimentos populares e os discursos feministas’.”⁴¹. Esta análise recai criticamente sobre a visão homogênea da classe trabalhadora, que oculta a atividade feminina e salienta as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

A emergência das mulheres nos movimentos populares mostra que a história destas não é linear. Essas mulheres visavam principalmente romper com as barreiras impostas pelo machismo e, assim, delimitavam como objetivo reivindicar o poder de seu lugar de fala, a importância de ser ouvida e, mais do que isso, ser reconhecida pela sociedade. Simultaneamente, essas mulheres debatiam a construção de uma nova identidade, que surgiu a partir de suas experiências no seio dos movimentos tanto aqueles ocorridos nos bairros e nos clubes de mães quanto nas comunidades eclesiais de base. Enquanto representação política, as discussões sobre as mulheres giravam em torno da igualdade e, neste sentido, o contexto nacional tanto político quanto social era fecundo. A influência da abertura democrática que ocorrera desde as últimas décadas de 1970 foi fundamental para o ressurgimento do movimento sindical e do movimento grevista, em que a participação das mulheres fica evidente.

As criações da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) constituíram as bases dos movimentos sindicais, principalmente, após as greves do ABC paulista. Nesse período, a trajetória dos trabalhadores amazonenses, especificamente do Distrito Industrial de Manaus, acompanhou o processo de ressignificação do movimento operário que legitimou e tornou possível o reconhecimento de lutas antigas. Para isso, as atuações das mulheres foram fundamentais para mostrar os abusos cometidos contra as trabalhadoras e os trabalhadores e, desta forma, foram indispensáveis na luta por melhores condições de trabalho e nas buscas legítimas por dignidade e por superação das desigualdades.

4- As lutas femininas no Distrito Industrial de Manaus

A concepção de que, no Brasil, o desenvolvimento industrial se consolidaria com a Zona Franca de Manaus foi idealizada, no final da década de 1950, como um projeto geopolítico de integração da região amazônica ao restante do país. Partindo desde princípio, a Zona Franca de

⁴¹ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *Op. cit.*, p. 217

Manaus (ZFM) foi idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei N°3.173, de 6 de julho de 1957. Em 19 de abril de 1960, Francisco Pereira da Silva foi empossado como o primeiro superintendente da Zona Franca de Manaus, ficando no cargo até 14 de setembro do mesmo ano. Posteriormente, a Zona Franca foi administrada por alguns empresários até a data da reformulação e da efetivação do projeto, pelo Decreto-lei N°288 de 28 de fevereiro de 1967. No mesmo ano, pelo Decreto-lei N° 61.244, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), autarquia administrativa, jurídica e financeira, encarregada de administrar, promover e desenvolver programas e projetos de interesse ao desenvolvimento da Zona Franca.

A Zona Franca de Manaus apresentou fases distintas pautadas, sobretudo, nas transformações na ordem econômica internacional. Segundo Marcelo Carvalho, essas etapas estão divididas em: Comercial (1967-1975), Comercial e Industrial (1975-1991) e Industrial (1991- em vigor)⁴². O processo de industrialização emergente e a conjuntura de desenvolvimento econômico potencializou mudanças na ordem social que, a longo prazo, estabeleceu visões de mundo e sociedade que consolidariam a construção de novas identidades. A partir de 1984, influenciados pela onda grevista nacional e com a vitória de Ricardo Moraes para presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus puderam dar início a uma série de greves, que tiveram como ponto de partida o ano de 1985. Com isso, “os metalúrgicos de Manaus em 1985 protagonizaram uma das mais importantes reações à superexploração do trabalho na Zona Franca de Manaus”⁴³.

Nesse momento, a formação de uma consciência de classe operária era preponderante e, dada a conjuntura, o papel da mulher foi essencial, uma vez que “elas tiveram participação destacada tanto como vítimas, como participantes atuantes nas greves e ações de resistência à exploração, na apresentação de reivindicações e no confronto”⁴⁴. Essas observações se assemelham com o pensamento de Perrot, que destaca que “as mulheres participaram das greves

⁴² CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. **O empresário local e a zona franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica**. 2009. 218f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2009, p. 90.

⁴³ SANTIAGO, Maria Célia. **Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: A construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus**. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2010, p.71.

⁴⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Gênero & Imprensa na História do Amazonas**. Manaus: EDUA, 2014, p. 153.

na esperança republicana da década de 1980. Parece que elas viviam obscuramente, na espera de uma libertação”⁴⁵.

A inserção das mulheres no processo de trabalho fabril em Manaus, a partir da década de 1980, pode ser pensada levando em consideração a questão econômica, pois as mulheres “revelam que precisam trabalhar para deixar se ser um peso as suas famílias e por que queriam ser independentes financeiramente”⁴⁶. Foi no trabalho industrial que essas mulheres viram a possibilidade de melhores condições de vida e de trabalho. A maioria dessas trabalhadoras era jovem, muitas delas vindas do interior do Estado do Amazonas e foram rapidamente absorvidas como mão de obra barata e disponível. “No início da ZFM, a particularidade do processo de trabalho exigia jovens, com idade entre 16 a 25 anos, sobretudo do sexo feminino”⁴⁷. Assim, era dada a preferência para a contratação de mulheres porque a remuneração era bem inferior à dos homens, bem como eram empregadas para desempenhar atividades que exigiam mais habilidade manual.

Outro ponto a ser destacado é que essas jovens mulheres não tinham qualquer experiência laboral, “eram recrutadas pelo capital no meio rural em função do seu comportamento contido e submisso”⁴⁸, o que era favorável ao controle das ações das trabalhadoras. Já inseridas no processo de produção, as mulheres se concentravam geralmente nas linhas de montagem, onde o ritmo de trabalho era monitorado de perto, as cobranças eram maiores e as jornadas de trabalho extremamente exaustivas. No Distrito Industrial de Manaus, localizado dentro da Zona Franca, eram comuns casos de violência moral e psicológica contra as mulheres, abusos exercidos pelos empregadores de forma arbitrária e tirânica. Um exemplo disso eram as idas ao banheiro: “a operária recebia uma ficha depois de muita insistência, entrava numa fila, esperando chegar a substituta, e saía carregando uma grande tabuleta no peito escrito “banheiro”, para ser ridicularizada”⁴⁹. Essa narrativa não se trata de um caso isolado, uma vez que fazia parte do cotidiano das operárias.

A operária Valdiza Ferreira, que trabalhou na empresa Sony da Amazônia na década de 1980, relata que “no início era 1 hora de almoço e, depois, com a desculpa de sair mais cedo, foi reduzido para 45 minutos. Era tudo muito rápido, dava mal tempo de almoçar e correr para

⁴⁵ PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p.163.

⁴⁶ TORRES, Iraíldes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005, p. 163.

⁴⁷ SCHERER, Elenise. **Baixas nas carteiras**: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: EDUA, 2005, p. 67.

⁴⁸ TORRES, Iraíldes Caldas. *Op. cit.*, p. 173.

⁴⁹ *Idem*.

a linha, principalmente quando tinha material para entregar”⁵⁰. A partir desse relato, fica evidente que administração da fábrica mobilizava instrumentos de controle e de disciplina para condicionar o tempo dos trabalhadores e do trabalho. Isso nos remete ao conceito de “uso-econômico-do-tempo”⁵¹ que nos permite compreender mecanismo de condicionamento imposto pelas empresas.

Quanto as humilhações, por serem ainda muito jovens, muitas mulheres eram assediadas, sendo que havia uma “divulgação de concepção que caracteriza a operária cabocla como ‘liberada sexualmente’”⁵². Perspectiva semelhante é apresentada por Torres, que afirma que as mulheres eram frequentemente rotuladas como prostitutas pelas chefias. A empresa se tornou um espaço de ofensas, de discriminações e de manipulação dos corpos femininos. Neste sentido, era vigente um programa de natalidade para evitar que as operárias ficassem grávidas, porque seria um “prejuízo” para a empresa manter uma gestante. O objetivo desse programa era “eliminar atrasos, faltas e licenças que prejudicassem a produção, como também conter o aumento excessivo do exército de reserva”⁵³.

O desrespeito se iniciava ainda no processo de seleção tanto pelos inúmeros questionamentos pessoais, no intuito de investigar a vida das candidatas, quanto pela obrigatoriedade da apresentação do plano-teste para comprovar que não estavam grávidas. No tocante a essas questões, houve muitos casos de abortos e de denúncias de empresas que induziam as operárias a realizar esses procedimentos. Essa pauta foi amplamente discutida e denunciada nos jornais de grande circulação na época. Em denúncia ao jornal *A Crítica*, Ricardo Moraes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, revelou que “através de denúncias das operárias, as indústrias adotam medidas que levam as mulheres a optar pelo aborto, visto que muitas mulheres foram demitidas ou tomaram advertência por estarem grávidas”⁵⁴, além disso, os próprios médicos das empresas indicavam o aborto. Ricardo Moraes ainda ressalta que “a

⁵⁰ Entrevista com Valdiza Ferreira da Silva, 08 de maio de 2019. Realizada por Vanessa Cristina da Silva Sampaio para a dissertação em andamento na Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Documento não disponível para consulta.

⁵¹ O conceito de uso-econômico-do-tempo utilizado por Thompson remete ao tempo empregado para as atividades laborais, no qual o tempo vai se transformando em uma moeda de troca, ou seja, o empregador passa a ser dono de parte do tempo do empregado. THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: Estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 176.

⁵² RIBEIRO, Marlene. **De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico**: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses. 1987. 375f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1987, p. 289.

⁵³ *Idem*.

⁵⁴ Jornal *A Crítica*, edição de 09 de Fevereiro de 1986, p.10

distribuição de anticoncepcionais a todas as mulheres dentro da fábrica é um indício que a ordem é que não se tenham gestantes no quadro de empregados”⁵⁵.

A tentativa de implantação do Projeto *Barthfinder*⁵⁶ era um exemplo claro do despeito à mulher e ao direito reprodutivo. O projeto, em linhas gerais, tinha como objetivo esterilizar as operárias do Distrito Industrial de Manaus em um prazo de 12 meses, a contar de julho de 1986. Esse projeto inicialmente visava atingir 2.400 famílias. “O projeto pretendia desenvolver as seguintes ações: doação de 60% de anticoncepcionais orais, 20% de aplicação de DIU, 10% de laqueaduras e 10% de outros métodos”⁵⁷.

As condutas abusivas adotadas pelas empresas foram o ponto de partida para que as operárias pudessem se unir e se organizar na luta contra a desvalorização e a cooptação dentro das empresas. “Os processos de reorientação socioeducativa das operárias se fizeram acompanhar por uma matriz de revolta, sobretudo quando elas descobriram que a sua força de trabalho era explorada e usada em benefício do capital internacional”⁵⁸. Após a primeira greve geral, em 1985, em que as operárias tiveram papel destacado, Ricardo Moraes salienta que “no geral, as mulheres eram âncoras das greves, arregaçavam as mangas nos piquetes e nos grandes confrontos”⁵⁹.

Como resultado da organização das operárias, um comitê feminino foi formado por trabalhadoras do Distrito e se reuniu no Dia Internacional da Mulher, no 1º Encontro da Mulher Operária de Manaus, em 1986. Os temas discutidos foram o “mercado de trabalho, a discriminação profissional e sexual, direito a creche, salários idênticos para as mesmas funções, discriminação do aborto e outras questões”⁶⁰. As mulheres estavam centradas na necessidade de maior participação sociopolítica, que, nos anos 80, ainda era um entrave na busca de conquistas trabalhistas.

Entre 1985 e 1987, o Distrito Industrial viveu um intenso período de greves, em que as mulheres tiveram grande destaque. “A maioria dessas greves eram lideradas por mulheres, tinham homens, mas a liderança maior era das mulheres. Elas garantiram a presença de todas as pessoas durante os três anos das grandes greves”⁶¹. Nessas mobilizações era fundamental a

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ Era um projeto de controle de natalidade dentro das empresas do Distrito Industrial de Manaus, que era incentivado pelos empresários, recebendo o apoio do SESI-AM e do Departamento Materno-Infantil da Universidade do Amazonas.

⁵⁷ Jornal A Crítica, edição de 13 de maio de 1986, p.11

⁵⁸ TORRES, Iraíldes Caldas. *Op. cit.*, p. 185.

⁵⁹ *Ibidem*, p.203.

⁶⁰ Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p.04

⁶¹ *Idem*.

atuação dos comandos de fábricas, porque eram eles que se articulavam junto aos trabalhadores dentro das empresas e se reuniam, posteriormente, no decorrer das greves, com a diretoria do sindicato para definir as estratégias que seriam adotadas.

A sincronização entre os comandos de greves, liderados, em sua maioria, por mulheres, e o Sindicato dos Metalúrgicos foi o que fortaleceu o movimento operário amazonense, integrou lutas antigas e recentes e orientou as formas de organização no chão das fábricas. Reivindicações que poderiam passar despercebidas ou ser ignoradas se tornaram pauta das lutas femininas. Dessa forma, a mulher operária assumiu o seu protagonismo e foi à luta e, assim, “as mulheres mostram-se inquietas e legalistas”⁶².

Considerações Finais

Ao longo deste estudo, observamos o crescimento e a reconstrução da imagem da mulher operária do Distrito Industrial de Manaus e suas múltiplas facetas, discutindo as questões de gênero e das lutas feministas. As greves ocorridas entre 1985 e 1987 são o reflexo desse contexto de insatisfação e de exploração da mulher operária, bem como de toda a classe trabalhadora. A utilização dos jornais *A Crítica* e *Jornal do Comércio*, a entrevista com uma operária do Distrito que trabalhava na época das greves e uma revisão bibliográfica tornou possível perceber, ainda que brevemente, como decorreu a consolidação do movimento operário e das lutas femininas dentro Distrito Industrial de Manaus e suas múltiplas representações. Pensando que a pauta principal dessas reivindicações era o direito de igualdade, a liberdade e o reconhecimento da voz e do espaço das operárias em ambientes predominantemente masculinos. Ademais, é preciso destacar que, apesar dos percalços, as mulheres operárias industriais não se intimidaram, mesmo em um ambiente totalmente desfavorável e hostil, favorecendo o alinhamento do processo de organização e de amadurecimento da classe operária amazonense dentro Distrito Industrial de Manaus.

Fontes primárias

A Crítica, Manaus.

Jornal do Comércio, Manaus.

Entrevista com Valdiza Ferreira da Silva, realizada em 08 de maio de 2019.

⁶² PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 159.

Referências

- ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultura Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. **O empresário local e a zona franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica**. 2009. 218f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2009.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: oitempo, 2016.
- HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre História Operária**. Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.
- _____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. **Cadernos pagu**, v. 4, n. 9, 1995.
- _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Gênero & Imprensa na História do Amazonas**. Manaus: EDUA, 2014.
- RIBEIRO, Marlene. **De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses**. 1987. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais. 1987.
- SANTIAGO, Maria Célia. **Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: A construção da greve dos metalúrgicos de 1985 em Manaus**. 2010. 293f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em História. Manaus, 2010.
- SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. New York: Columbia University Press, 1989.
- _____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, jan/abr., 2005.

SCHERER, Elenise. **Baixas nas carteiras**: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: EDUA, 2005.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2 ed. São Paulo: Editora Fundacao Perseu Abramo, 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **A breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e história social. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. **Cadernos Pagu**, v. 3, p. 29-62, 1994.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: Estudo sobre a cultura popular tradicional. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Univerisidade Federal do Amazonas, 2005.